

Observatório da Oposição 2026

02 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 115



**O Caso Master e a captura do Estado:
como governo Lula e ministros
aliados do STF orbitam o mesmo
escândalo**

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

1

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

- O Caso Master e a captura do Estado: como governo Lula e ministros aliados do STF orbitam o mesmo escândalo 01
- BNDES concentra avaliação de financiamentos bilionários em município comandado por vice-presidente do PT 08
- MP 1.328 dos caminhões: a reedição de erros do passado 14

2

POLÍTICA

- A farsa do 8 de janeiro: quando o Estado trocou o Estado de Direito pela lógica do inimigo 21
- Liberdade de expressão no Brasil: CIDH alerta para abusos institucionais e pede mudanças no STF 26

3

SEGURANÇA PÚBLICA

- Feminicídio em alta e execução orçamentária em baixa: o abismo entre o discurso e a prática do governo Lula 29

4

AGRO

- Plano Safra 2025/2026: Crédito caro, seguro desprezado e inadimplência em alta 32

1 TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O Caso Master e a captura do Estado: como governo Lula e ministros aliados do STF orbitam o mesmo escândalo

O caso do Banco Master deixou de ser um caso de fraude privada para se tornar um escândalo político-institucional de grandes proporções. Reportagens, investigações e decisões atípicas revelam uma proximidade preocupante entre integrantes do governo Lula, aliados políticos e ministros do Supremo Tribunal Federal justamente no momento em que o banco entrava em colapso. Encontros fora da agenda, contratos milionários e tentativas posteriores de dissociação expõem um padrão de opacidade e promiscuidade que compromete a credibilidade das instituições e a separação entre o público e o privado.

O colapso do **Banco Master** deixou de ser um episódio isolado de má gestão financeira para se tornar um **escândalo político-institucional de grandes proporções**. O que as investigações da Polícia Federal, as reportagens de veículos nacionais e a imprensa internacional vêm revelando é um **padrão inquietante de proximidade, proteção cruzada e opacidade** envolvendo **integrantes centrais do governo Lula e ministros do Supremo Tribunal Federal alinhados ao Planalto**.



Não se trata de uma coincidência. Tampouco de episódios desconexos. O que emerge é uma **teia de relações pessoais, contratuais e políticas** que atravessa o Executivo, o Judiciário e o sistema financeiro — justamente no momento em que o banco entrava em colapso e passava a ser investigado.

Encontros fora da agenda e o apagamento da transparência

O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** recebeu o controlador do Banco Master, **Daniel Vorcaro**, em [dezembro de 2024](#), no Palácio do Planalto, **fora da agenda oficial**. A reunião contou com a presença de ministros de Estado e do então futuro presidente do Banco Central, **Gabriel Galípolo**, também **sem qualquer registro público**.

O encontro ocorreu quando **já havia sinais de fragilidade do banco**, meses antes da liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central. A posterior tentativa do governo de “descolar” sua imagem do caso apenas reforça a gravidade do fato: **se nada havia a esconder, por que esconder a reunião?**

Mais grave ainda: [Galípolo não comunicou o encontro](#) ao então presidente do BC, **Roberto Campos Neto**, rompendo uma prática mínima de coordenação institucional em um tema sensível de supervisão bancária.

Jaques Wagner, Mantega e a porta giratória do poder

A promiscuidade ganha contornos ainda mais explícitos quando surgem os [relatos envolvendo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner](#).

Segundo reportagens, Wagner **intercedeu diretamente** para que o ex-ministro da Fazenda **Guido Mantega** fosse contratado pelo Banco Master, com **salário mensal milionário**, para “azeitar” a tentativa de venda da instituição ao BRB — operação que acabou barrada pelo Banco Central.

Não satisfeito, Wagner também **sugeriu o nome de Ricardo Lewandowski** para prestar consultoria jurídica ao banco. O escritório de [Lewandowski recebeu R\\$ 5 milhões de reais](#), inclusive **após ele já estar investido como ministro da Justiça**, configurando um cenário que, no mínimo, **colide frontalmente com as regras de conflito de interesses da administração pública**.

Toffoli, Moraes e o Judiciário dentro do escândalo

No Judiciário, o caso assume contornos ainda mais alarmantes.

O ministro **Dias Toffoli**, relator de investigações relacionadas ao Banco Master, protagonizou uma sequência de episódios incompatíveis com a liturgia do cargo:

- encontro fora da agenda com Lula para tratar do caso;
- decretação de sigilo absoluto nos autos;
- determinação para que provas apreendidas pela PF ficassem sob guarda do STF, e não da polícia;
- viagem internacional em jatinho privado ao lado de advogado ligado a investigados do caso.

Cada episódio isoladamente já causaria perplexidade. Em conjunto, **minam a credibilidade da imparcialidade judicial**.

Paralelamente, o escritório da esposa do ministro **Alexandre de Moraes** firmou com o Banco Master um contrato de até R\$ 129 milhões, prevendo atuação junto a órgãos como Banco Central, Cade, PGFN e Receita Federal. Órgãos públicos consultados afirmaram não haver qualquer registro dessa atuação, levantando dúvidas objetivas sobre a natureza real do contrato.

Mais grave: o mesmo escritório passou a representar interesses do Banco Master em processos que chegaram ao STF, sob relatoria de Toffoli — fechando um **circuito institucionalmente tóxico**.



Um padrão, não exceções

O que se vê não é uma sucessão de erros fortuitos. É um **padrão de comportamento**:

- encontros fora da agenda;
- contratos milionários com agentes públicos;
- trânsito privilegiado entre governo, bancos e tribunais;
- decisões judiciais que blindam, concentram e obscurecem investigações;
- ausência de explicações convincentes.

Tudo isso envolvendo **os mesmos personagens, o mesmo banco e o mesmo período crítico**.

Discurso para “descolar” o governo e a contradição com os fatos

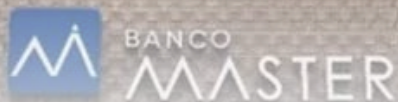
Após a explosão do caso *Banco Master*, o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** passou a adotar um discurso de distanciamento, tentando enquadrar o episódio como um problema exclusivamente financeiro e criminal, alheio ao governo. A retórica, no entanto, **não resiste à cronologia dos fatos**.



“Não é possível que a gente continue vendo o pobre ser sacrificado enquanto tem um cidadão do Banco Master que deu um golpe de mais de R\$ 40 bilhões.”

Lula, durante evento em Maceió (AL).

Antes da liquidação do banco, Lula manteve **encontros fora da agenda** com o controlador do Master e com ministros diretamente envolvidos no caso. Esses encontros ocorreram quando já havia alertas sobre a fragilidade da instituição e envolveram autoridades centrais do governo e do sistema financeiro. A posterior tentativa de “descolar” o Planalto do escândalo soa, portanto, **reativa e contraditória**, sobretudo diante da atuação de aliados políticos, ministros de Estado e ministros do STF orbitando o mesmo núcleo de interesses.



Mais do que palavras duras após o colapso, o que pesa contra o governo é o **histórico de interlocução prévia, informal e opaca**, incompatível com a narrativa de surpresa ou afastamento institucional.

Conclusão: o Caso Master como síntese da degradação institucional

O Caso Master se tornou um **símbolo da captura do Estado por relações pessoais e políticas**, onde **a fronteira entre público e privado se dissolve** e a transparência é tratada como obstáculo — não como dever.

Quando o presidente da República, ministros de Estado, líderes do governo e ministros do Supremo **gravitaram em torno de um banco em colapso**, antes, durante e depois de sua intervenção, o problema deixa de ser financeiro. Passa a ser **institucional, ético e democrático**.

Não se trata de condenações judiciais — trata-se de **responsabilidade política**. E ela, até agora, **segue sem resposta**.

O que foi a liquidação do Banco Master e seus impactos

A liquidação extrajudicial do **Banco Master** foi decretada em **18 de novembro de 2025 pelo Banco Central do Brasil**, após constatação de **grave deterioração econômico-financeira, emissão irregular de títulos e indícios de fraudes e gestão temerária** na instituição, que vinha crescendo rapidamente por meio de CDBs com juros muito acima do mercado e captação massiva de recursos de investidores de varejo.

O episódio afetou **aproximadamente 1,6 milhão de clientes** cujos saldos em conta corrente, poupança e investimentos foram imediatamente congelados com a decisão do regulador — um impacto sem precedentes sobre investidores de uma instituição desse porte no Brasil.



Qual foi a fraude investigada

As apurações conduzidas pelo Banco Central e pela Polícia Federal apontam indícios de:

- **Captação irregular de recursos**, com promessa de rentabilidade incompatível com a real capacidade financeira do banco;
- **Uso indevido de recursos captados**, inclusive em operações cruzadas e estruturas societárias opacas;
- **Distorções contábeis e omissões relevantes**, que mascararam a real situação do banco perante reguladores e investidores;
- Possível **gestão temerária e fraudulenta**, com benefício direto a administradores e partes relacionadas.

Esses elementos motivaram a decretação da liquidação e a abertura de investigações criminais e administrativas.

Prejuízo recorde para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

O **Fundo Garantidor de Créditos (FGC)** — mecanismo privado de proteção aos depositantes em caso de intervenção, liquidação ou falência de bancos — foi **acionado para ressarcir os investidores dentro dos limites legais** (até **R\$ 250 mil por CPF/CNPJ por instituição financeira**).

[Segundo o próprio FGC](#), os pagamentos aos credores do Banco Master **podem alcançar cerca de R\$ 40,6 a R\$ 41 bilhões, o maior desembolso da história do fundo**, equivalente a cerca de um terço de seus recursos disponíveis.

Até o final de **janeiro de 2026**, o [FGC](#) já havia:

- **Pago cerca de R\$ 32,5 bilhões** a credores (cerca de 75% do total previsto),
- **Beneficiado cerca de 580 mil investidores**,
- Com centenas de milhares de outros pedidos ainda em processamento.

Esse montante supera em larga escala os desembolsos de liquidações anteriores, como o caso do Bamerindus, que era considerado referência antes deste episódio.



BNDES concentra avaliação de financiamentos bilionários em município comandado por vice-presidente do PT

Em 2025, Maricá concentrou cerca de R\$ 2,2 bilhões em pedidos e operações do BNDES, valor comparável a grandes obras nacionais e superior ao de várias capitais. A desproporção, aliada a projetos genéricos e informações contraditórias, levanta dúvidas sobre critérios, transparência e prudência administrativa.

Análise

Ao longo do ano, observamos a formação de uma concentração atípica de operações do BNDES com a Administração Direta de Maricá (RJ) em 2025, totalizando cerca de R\$ 2,2 bilhões em três iniciativas: R\$ 1,13 bilhão em operação FINEM Direto para Plano de Investimentos de escopo genérico; R\$ 774 milhões no Projeto do Parque Linear e Mergulhão de Inoã, formalmente declarado como financiado com recursos próprios, mas com registro de solicitação aproximada de R\$ 700 milhões ao BNDES; e R\$ 350 milhões em nova operação FINEM Direto, enquadrada no Fundo Clima. Mais detalhes podem ser consultados na Tabela 1.



Tabela 1 - Operações e projetos de Maricá em análise pelo BNDES (2025).

Item	Operação FINEM – Plano de Investimentos	Projeto Parque Linear e Mergulhão de Inoã	Operação FINEM – Fundo Clima
Valor	R\$ 1,13 bilhão	R\$ 774 milhões	R\$ 350 milhões
Fonte declarada	BNDES – FINEM Direto	Recursos próprios (informação oficial)	BNDES – FINEM Direto (Fundo Clima)
Situação	Em análise	Planejado / em fase preparatória	Em análise
Finalidade	Plano de Investimentos municipal (genérico)	Parque urbano + túnel viário (RJ-106)	Plano de Investimentos com foco em desenvolvimento urbano sustentável
Observações relevantes		Há contradição: apesar de declarados recursos próprios , consta solicitação de R\$ 700 milhões ao BNDES	

Fonte: BNDES - Listagem das operações com a Administração Pública Direta.

- **A título de comparação, os valores pleiteados por Maricá junto ao BNDES se aproximam de obras estruturantes: o túnel Santos–Guarujá, um dos maiores projetos de infraestrutura atualmente em análise, está orçado em R\$ 2,5 bilhões, enquanto a expansão da Linha 2 do metrô de São Paulo alcança R\$ 2,4 bilhões.**
- Ainda assim, um município de porte médio como Maricá, com cerca de 197,2 mil habitantes, acumula pleitos que, em conjunto, a posicionariam atrás apenas da capital paulista em volume de recursos, superando com ampla margem capitais estaduais consolidadas como Belo Horizonte (R\$ 424 milhões), Fortaleza (R\$ 57 milhões), Natal (R\$ 90 milhões), Manaus (R\$ 145 milhões), Goiânia (R\$ 172 milhões) e Porto Alegre (R\$ 202 milhões). Tal desproporção sugere potencial distorção na alocação do crédito público, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 - Municípios mais favorecidos pelo BNDES com operações para Adm. Direta.

Município	Valor do financiamento (R\$)
São Paulo (SP)	3,3 bilhões
Maricá (RJ)	2,2 bilhões
Belo Horizonte (MG)	424 milhões
João Pessoa (PB)	286 milhões
Porto Alegre (RS)	202 milhões
Goiânia (GO)	172 milhões
Maceió (AL)	147 milhões
Manaus (AM)	145 milhões
Natal (RN)	90 milhões
Fortaleza (CE)	57 milhões

Fonte: BNDES - Listagem das operações com a Administração Pública Direta. Elaboração própria.

- Essa concentração de cifras bilionárias em um único ente municipal, ultrapassando inclusive capitais e cidades de maior porte, impõe questionamentos relevantes sobre os critérios de priorização do BNDES, a proporcionalidade federativa e a prudência no endividamento público.
- As dúvidas se intensificam diante da apresentação de projetos em termos amplos e pouco detalhados, de informações contraditórias sobre a origem dos recursos e de uma transparência ainda limitada quanto à real capacidade fiscal, institucional e de governança necessária para planejar, contratar e executar investimentos dessa magnitude sem comprometer o equilíbrio financeiro de longo prazo.

Quem é o atual prefeito de Maricá (RJ)?

- Washington Luiz Cardoso Siqueira, conhecido como Washington Quaqué, é um político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), cuja trajetória está fortemente associada ao município de Maricá (RJ), onde exerceu mandatos como prefeito e consolidou influência política regional e nacional.
- Sua ascensão ocorreu em meio ao ciclo de expansão econômica do município impulsionado pelos royalties do petróleo, contexto no qual Maricá passou a ser vista como território estratégico para projetos políticos e econômicos ligados ao PT e a lideranças nacionais do partido.
- Em 2012, [Quaqué foi declarado inelegível por oito anos](#) pela Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, após condenação por abuso de poder político e conduta vedada, em ação movida pelo Ministério Público Estadual. A decisão teve como fundamento a distribuição de cerca de 14 mil notebooks a alunos da rede municipal, mediante termos de comodato firmados em período pré-eleitoral, prática considerada como uso de política pública com potencial finalidade eleitoral. A sentença determinou ainda a cassação de eventual registro de candidatura.
- Ainda durante sua gestão, [Maricá tornou-se também uma base política de aliados do ex-ministro José Dirceu](#), com a nomeação de figuras próximas ao ex-dirigente petista para cargos estratégicos da prefeitura, especialmente nas áreas de desenvolvimento econômico e fazenda, em um período marcado pela expectativa de forte crescimento da arrecadação com o pré-sal.



O banco nacional
do desenvolvimento



- Em 2021, Quaqué voltou ao centro de controvérsias jurídicas ao ser condenado pela Justiça do Rio de Janeiro a 3 anos, 2 meses e 15 dias de prisão em regime aberto, em primeira instância, por expor aeronaves a perigo ao determinar o fechamento da pista do aeroporto municipal de Maricá em 2013. A decisão judicial apontou que viaturas da Guarda Municipal foram posicionadas na pista para impedir pousos, fato que teria contribuído para a queda de um avião na Lagoa de Maricá, ocasionando a morte de dois tripulantes. Dois ex-secretários de sua gestão também foram condenados no mesmo processo.
- Paralelamente à sua atuação no plano local, Washington Quaqué consolidou posição relevante na estrutura partidária nacional, exercendo atualmente o cargo de vice-presidente do PT, integrando a corrente denominada Construindo um Novo Brasil (CNB).



Foto - Washington Quaqué (Prefeito de Maricá e Vice-Presidente do PT) com Aluísio Mercadante (Presidente do BNDES).



Foto - Quaqué e Lula.



Foto - Quaqué oferecendo a José Dirceu o título de Cidadão Maricaense.

- Quaquá também se projeta como uma espécie de embaixador honorário de Cuba, atuando ativamente na promoção de projetos e articulações envolvendo a ilha caribenha. Em 2023, integrou e [organizou comitiva oficial custeada pela Câmara dos Deputados para prospectar supostas “oportunidades de investimento”](#) na ilha, com ênfase no Porto de Mariel, empreendimento financiado pelo BNDES que acabou se convertendo em caso emblemático de prejuízo para o banco público.
- Paralelamente, passou a defender iniciativas de forte apelo simbólico, como a tentativa de instalar uma [filial do balé cubano](#) em Maricá, compondo um quadro em que afinidades ideológicas, diplomacia paralela e uso de recursos públicos se misturam.
- Essa conjugação de protagonismo político-partidário em nível nacional com a tramitação de propostas vultosas de financiamento junto ao BNDES recomenda cautela reforçada na atuação dos mecanismos de controle externo, a fim de que sejam assegurados a impessoalidade, o rigor técnico e a plena transparência na análise e eventual aprovação das operações em questão.



MP 1.328 dos caminhões: a reedição de erros do passado

PIB desaquece, preço de fretes cai, vendas de caminhões desabam. Então, Lula imita Dilma e lança uma linha para financiar a compra de caminhões. Um afago nos amigos da Anfavea, às custas de mais dívida pública e Selic alta. Teremos novamente sobreoferta de fretes no mercado?

Em mais uma ação que seria cômica se não fosse trágica, no apagar das luzes de 2025, Lula publica uma Medida Provisória para criar uma linha de crédito de R\$ 6 bilhões por meio do BNDES para o financiamento da compra de caminhões.

A nova MP também altera a MP 1.314, que ainda não foi convertida em lei. É sintomático que o governo publique uma MP em setembro e três meses depois perceba que tem que consertá-la. Segundo a Exposição de Motivos, vários produtores rurais ficaram com operações em situação de inadimplência após a edição da Medida Provisória, impedindo seu enquadramento na renegociação de dívidas nela prevista. Assim, fez-se necessário alterar a MP original. A MP 1.328 permite que agricultores que estavam inadimplentes em 15 de dezembro de 2025 possam ser tomadores da linha de crédito criada na MP 1.314. Não vamos aprofundar esse assunto aqui. Nosso foco é a linha dos caminhões.



A História mostra um padrão nos governos petistas. Do alto da sua arrogância e incompetência na gestão econômica, adotam políticas públicas equivocadas, que geram excesso de gastos, pressões inflacionárias, elevação da taxa Selic, enfraquecimento da atividade econômica, queda de arrecadação, crise fiscal. Quando os resultados negativos de suas políticas começam a surgir, eles sofrem de dissonância cognitiva e reagem negando as causas reais dos problemas. Passo seguinte: eles adotam novas medidas equivocadas, que ao invés de resolver os problemas, simplesmente os agravam. Foi assim nos primeiros 13 anos de desgoverno petista. Continua sendo assim agora.

O resultado do PIB no terceiro trimestre foi decepcionante. Todas as estimativas de PIB para 2025 e 2026 do começo de 2025 foram sendo reduzidas ao longo do ano. A Selic está alta, isso derruba a atividade econômica. É inevitável. Mas a Selic está alta porque vivemos 3 anos seguidos de completo descontrole fiscal, com elevados déficits primários e forte elevação no crédito subsidiado.

Então, a Anfavea, que representa os fabricantes de veículos no Brasil, se queixou ao governo da queda das vendas nos caminhões. Veja a razão para a adoção da MP 1.328, segundo sua Exposição de Motivos:

“O setor de caminhões registra, em 2025, desaceleração significativa, refletida na queda da produção e das vendas, segundo dados da ANFAVEA. Na comparação entre agosto de 2025 e agosto de 2024, a produção caiu 22,9%, e as vendas apresentam comportamento semelhante, com redução de 22,6% no mesmo período. Segundo estudo técnico divulgado pelo DIEESE, essa retração decorre do enfraquecimento da demanda interna, do fim do ciclo de antecipação de compras relacionado ao Proconve P8, do aumento dos custos e do crédito mais caro, além de ajustes de produção e condições de financiamento desfavoráveis.”



Pode-se dizer que isso seja um “sincericídio”. Lula não deve ter lido antes de assinar. Se leu, não entendeu. Estão assumindo oficialmente, perante o Congresso Nacional e o povo brasileiro, que a adoção da MP para ajudar o setor de caminhões (não os caminhoneiros) é causada pela queda da atividade econômica, pelo crédito caro e pela inflação (aumento de custos), todos causados pelo governo Lula. E isso está sendo dito pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, uma entidade mantida pelo movimento sindical brasileiro. Desta vez não vai dar para colocar a culpa em Bolsonaro ou em Roberto Campos.

Se a atividade econômica cai porque a Selic está alta e o crédito está mais caro, o governo deveria buscar a redução das pressões inflacionárias, ou seja, reduzir o déficit primário e o crédito direcionado subsidiado. Mas o PT não pensa assim. Na cabeça deles, se a atividade econômica cai, é preciso aplicar mais incentivos governamentais. Então eles pisam no acelerador do crédito direcionado e subsidiado.

De acordo com as estatísticas monetárias e de crédito publicadas pelo Banco Central em 26 de novembro de 2025, o crédito com recursos livres em outubro somou R\$4,0 trilhões, com avanços de 0,7% no mês e de 8,8% em doze meses. Essa é a parcela do crédito com recursos do sistema financeiro, que sofre o efeito da elevação da taxa Selic. O estoque de crédito direcionado alcançou R\$3,0 trilhões em outubro, com expansão de 1,1% no mês e de 12,2% em doze meses. Essa é a parcela do crédito com recursos do governo ou por ele subsidiado. Perceba-se que o crédito direcionado, para um público delimitado, já equivale a 75% do crédito livre. Enquanto o crédito livre, contido pela alta da Selic, cresceu 8,8%, o crédito direcionado, impulsionado pela política creditícia do governo, cresceu 12,2%. Enquanto a taxa média de juros das operações de crédito livre atingiu 46,3% a.a. em outubro, as taxas do crédito direcionado se situam abaixo ou ao redor da taxa Selic, que está em 15% a.a..

Entendeu por que a taxa Selic é tão alta? Entendeu por que o financiamento do seu carro ou do capital de giro da sua empresa é tão alto? O governo não apenas gasta demais, impulsionando a demanda agregada na economia, como também impulsiona a demanda agregada pela via do crédito direcionado a juros baixos para um público limitado e escolhido de pessoas e de empresas. Resta ao Banco Central tentar conter a demanda e a inflação encarecendo o crédito livre. Se não houvesse tanto crédito direcionado, o Banco Central conseguiria domar a inflação com taxa Selic mais baixa.

A Medida Provisória não definiu a taxa de juro a ser cobrada dos caminhoneiros e das transportadoras que tomarem os financiamentos. As taxas foram estabelecidas pela Resolução 5.277, de 19/12/2025, do Coselho

Monetário Nacional. Se a linha de crédito está sendo formada com recursos do Tesouro Nacional, é claro que ela será subsidiada. De acordo com a Resolução CMN, a taxa de juros que remunerará os recursos do Tesouro ficará entre 1% e 5,5% ao ano, a depender de quem esteja tomando o crédito, seja caminhoneiro ou pessoa jurídica (transportadora). A remuneração do BNDES nas operações com recursos do Tesouro será de 1,25% a.a.. A Resolução também define a remuneração dos bancos que operam a linha em nome do BNDES: entre 3% a 5% ao ano, a depender de quem toma o financiamento. Portanto, o custo do financiamento ao tomador ficará entre 5,25% e 11,75% ao ano. Taxas bem mais baixas que a Selic (15%) ou que as taxas do crédito livre (46,3%).

Todas as vezes que o PT lançou linhas de financiamento para caminhões, o fez com taxas de juro abaixo da Selic. Fez isso também recentemente na linha de crédito do tarifaço. **Portanto, teremos mais R\$ 6 bilhões no estoque de crédito direcionado e subsidiado, na direção contrária ao esforço de contração do crédito do Banco Central para domar a inflação. É mais uma contribuição do governo Lula para que a Selic permaneça alta por mais tempo.**

A relação entre Lula e a Anfavea vem de longa data. Lula foi líder sindical metalúrgico no ABC Paulista, o coração do setor automobilístico brasileiro. Se não bastasse a relação direta dele com os fabricantes de veículos, há a percepção de que ajudando o setor, ajuda-se aos metalúrgicos simpatizantes do PT. Então, se a Anfavea espirra, Lula corre com um remedinho. Foi assim com o Mover, com o mal-fadado Inovar-Auto, entre outras medidas de apoio ao setor.

Já houve uma época que o setor automobilístico tinha um peso muito grande na economia. Então, impulsionar o setor significava impulsionar o PIB e a arrecadação fiscal. Mas o tempo passou, a economia brasileira se diversificou, o setor automobilístico foi acumulando benefícios fiscais e reduzindo seu peso no PIB e na arrecadação federal. Não obstante, o PT continuou acreditando que impulsionar o setor era fundamental para a economia brasileira.



Foi assim que em 2012, além de lançar o Inovar-Auto, que ignorava os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio, Dilma Rousseff lançou a primeira linha de crédito subsidiado para a compra de caminhões. Isso foi feito por meio do programa PSI-Finame/BNDES, com juros nominais de aproximadamente 2,5% ao ano, abaixo da TJLP, para evitar retração do setor. Estima-se que foram comprados cerca de 288 mil caminhões a mais do que o necessário entre 2010 e 2014, gerando excesso de capacidade. O aumento da oferta contribuiu para a queda no valor do frete, reduzindo margens de lucros dos autônomos e pequenas transportadoras. Com margens comprimidas e custos variáveis (como diesel), muitos caminhoneiros passaram a ter dificuldade para honrar as parcelas, elevando os níveis de inadimplência. **A combinação de frota excessiva, fretes desvalorizados e alta nos combustíveis culminou na grande greve dos caminhoneiros em maio de 2018.**

Pode-se até cogitar que o propósito petista com a MP 1.328 tenha sido eleitoreiro, que o partido esteja tentando ganhar a simpatia dos caminhoneiros, que são fortemente inclinados a apoiar a direita. Mas, se se repetir o mesmo que aconteceu no governo Dilma, esse tiro vai sair pela culatra.

De acordo com diversas fontes, os fretes rodoviários apresentaram queda no segundo semestre de 2025. Reflexo da queda na atividade econômica causada pela política econômica de Lula. É por isso que a venda de caminhões caiu. Entre maio e outubro de 2025, o preço médio do frete rodoviário recuou de R\$ 7,43/km para R\$ 7,23/km. Num quadro de demanda fraca por frete, o governo resolve financiar o aumento da oferta de fretes? Seria cômico se não fosse trágico.

Para apoiar os fabricantes de caminhões, a MP autorizou o empréstimo de R\$ 6 bilhões do Tesouro ao BNDES para a disponibilização de linha de financiamento para a compra de caminhões novos ou seminovos. O risco das operações de financiamento aos caminhoneiros, inclusive o risco de crédito, é atribuído ao BNDES e aos bancos intermediários. Assim, o Tesouro teoricamente não corre o risco de não receber o dinheiro de volta. Por isso, o desembolso dos recursos pelo Tesouro Nacional não é considerado uma despesa primária, é apenas uma despesa financeira. Portanto, não impacta o resultado primário nem de 2025, nem de 2026.

Entretanto, **os R\$ 6 bilhões impactam sim a dívida pública, de duas formas. A Dívida Bruta do Governo Geral é impactada diretamente, pois os reais que saíam do caixa único do Tesouro vão acabar em operações**



compromissadas do Banco Central. Já a dívida líquida será impactada pelo subsídio que haverá nessa linha, ou seja, pela diferença negativa entre a taxa de juros recebida pela União pelo empréstimo ao BNDES e o custo de captação do Tesouro.

A Anfavea não informa em seu anuário estatístico o valor da venda global anual de caminhões. Mas informa a quantidade de caminhões novos emplacados. Em 2024, esse número foi de 117.834 caminhões. Estimamos que o mercado de caminhões novos no Brasil esteja em torno de R\$ 80 bilhões por ano. Portanto, a nova linha corresponderia a menos de 10% do mercado.

A medida privilegia fabricantes de caminhões, muito mais que os caminhoneiros. Trata-se de um subsídio indireto à indústria automobilística, sem garantias de contrapartidas relevantes. Há apenas a previsão de que as linhas de financiamento deverão atender a critérios de conteúdo nacional mínimo e sustentabilidade ambiental, social e econômica, estabelecidos pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Portanto, teremos mais do mesmo em termos de compromissos da indústria.

Agora a pergunta que não quer calar. **Medida Provisória implica a existência de urgência das alterações legais adotadas. Se não está faltando caminhões ou oferta de frete no mercado, não há por que falar em urgência de criação de linha de crédito subsidiada para a compra de caminhões. Logo, qual a urgência dessa medida?**

Por fim, cabe mencionar que o governo adota a mesma artimanha que adotou na linha do tarifaço e tenta gerar receitas primárias a partir dessa despesa financeira. A remuneração nas operações atribuída ao BNDES pelo Conselho Monetário Nacional vai alavancar lucros no banco, que serão recolhidos pela União na forma de dividendos, impactando positivamente o resultado primário. Essa é mais uma manipulação da meta de primário, às custas de mais Selic e mais dívida pública para o conjunto da sociedade.

Considerações finais

Lula e o governo petista insistem em repetir erros comprovados do passado. A atividade econômica está caindo porque a Selic está muito alta, e isso é integralmente causado pela política fiscal e creditícia do governo petista. À medida que os efeitos nocivos dessas políticas aparecem, ao invés de mudar de rumo, Lula adota medidas que agravam o problema e gera mais distorções na economia. **A MP 1.328 não vai ajudar a economia a crescer, vai apenas colaborar para que a Selic siga elevada por mais tempo, além de criar problema adicional no mercado de frete para os caminhoneiros. Definitivamente, 13 é o número do azar do Brasil.**



2

POLÍTICA

A farsa do 8 de janeiro: quando o Estado trocou o Estado de Direito pela lógica do inimigo

A cerimônia oficial realizada para marcar o 8 de janeiro foi incorporada ao calendário político-institucional como um ritual de reafirmação democrática. Mas, por trás da liturgia oficial, construiu-se um modelo de resposta estatal marcado pela suspensão seletiva de direitos, pela criminalização da dissidência e pela substituição do Estado de Direito por uma lógica de exceção. Em nome da democracia, instaurou-se no país uma perigosa inversão: o cidadão deixou de ser sujeito de garantias para se tornar alvo de um sistema que escolhe seus inimigos.

Três anos após os eventos de 8 de janeiro, o governo federal, o Supremo Tribunal Federal e movimentos alinhados ao poder promoveram uma cerimônia oficial em Brasília sob o discurso de “defesa da democracia”. O que se viu, no entanto, não foi um exercício de reflexão institucional madura, mas a consolidação de uma narrativa única, celebratória e autoindulgente, que ignora deliberadamente os excessos cometidos pelo próprio Estado em nome dessa mesma democracia que afirma proteger.



O ato público não serviu para reafirmar garantias constitucionais, tampouco para reconhecer erros ou abusos. Serviu para legitimar, a posteriori, um modelo de atuação estatal baseado na excepcionalidade permanente, na suspensão seletiva de direitos e na construção de inimigos internos. O 8 de janeiro deixou de ser apenas um evento grave a ser investigado e passou a funcionar como **símbolo fundacional de um novo regime de exceção**, no qual a legalidade é moldada conforme o alvo.

Quando o cidadão deixa de ser cidadão

É nesse contexto que se impõe a chave interpretativa do **direito penal do inimigo**. Trata-se de uma lógica segundo a qual determinados indivíduos deixam de ser tratados como cidadãos titulares de direitos e passam a ser enquadrados como ameaças existenciais à ordem política. O processo penal deixa de buscar fatos, provas e responsabilidade individual e passa a cumprir uma função simbólica: neutralizar, dissuadir e dar exemplo.

O inimigo não é punido pelo que fez, mas pelo que representa. A culpa é presumida, o processo é instrumentalizado e as garantias fundamentais tornam-se obstáculos a serem contornados. A exceção deixa de ser exceção e se converte em método.

Essa lógica não foi aplicada apenas a lideranças políticas ou autoridades. **Ela foi estendida, de forma ainda mais severa, aos réus do 8 de janeiro**, muitos deles cidadãos comuns, sem antecedentes, sem posição de comando e sem participação individualizada em atos violentos específicos.

Réus como símbolo, penas como recado

O tratamento dispensado aos réus do 8 de janeiro é um dos exemplos mais claros da aplicação prática do direito penal do inimigo. Em vez de distinção entre condutas, graus de participação e responsabilidades individuais, adotou-se uma lógica de **culpa coletiva**, na qual a simples presença no local passou a ser interpretada como adesão consciente a uma tentativa de golpe de Estado.

As penas impostas, em diversos casos, ultrapassam com folga os limites da proporcionalidade. Cidadãos sem histórico criminal receberam condenações equiparáveis — ou superiores — às aplicadas a crimes violentos graves, como homicídio, estupro ou latrocínio. O resultado foi a transformação do processo penal em instrumento de **punição exemplar**, não de justiça individualizada.

Não se trata de negar a gravidade dos atos ocorridos, mas de afirmar que a resposta estatal não pode romper com os próprios fundamentos do Estado de Direito. Democracias não punem coletivamente, não presumem dolo máximo e não utilizam penas como mensagem política.

O veto ao PL da dosimetria: a exceção como política de Estado

Nesse cenário, o veto presidencial ao **Projeto de Lei da dosimetria**, que buscava restabelecer critérios mínimos de proporcionalidade, individualização da pena e coerência no julgamento dos réus do 8 de janeiro, não foi um ato isolado. Foi a **confirmação política da lógica da exceção**.

Ao vetar o projeto, o governo optou por preservar um modelo punitivo extraordinário, no qual a revisão das penas passou a ser tratada como ameaça à democracia, e não como exigência constitucional. A mensagem foi inequívoca: **a excepcionalidade não é um desvio a ser corrigido, mas uma política a ser mantida**.

O veto ao PL da dosimetria se agrava com a decisão do próprio governo de impor sigilo ao parecer jurídico da AGU que embasou a medida. Em uma democracia, não há justificativa legítima para ocultar as razões técnicas de um ato que afeta diretamente direitos fundamentais de centenas de réus. O sigilo não protege o interesse público; protege a narrativa punitiva. Ao retirar o veto do escrutínio jurídico e político, o governo transforma a excepcionalidade em política de Estado e reforça a lógica do direito penal do inimigo: decisões tomadas sem transparência, imunes à crítica e orientadas mais pelo simbolismo do castigo do que pela legalidade constitucional.

A investigação como narrativa

A atuação investigativa adotou um modelo incompatível com o Estado de Direito. Em vez de apuração objetiva de condutas individualizadas, optou-se por uma construção narrativa ampla, retrospectiva e teleológica, na qual fatos dispersos, discursos políticos, reuniões institucionais e manifestações públicas foram reinterpretados como peças de um suposto enredo criminoso contínuo.

Não se demonstrou cadeia causal, não se comprovou materialidade penal nem se apontou o emprego de violência ou grave ameaça por parte dos

principais alvos. Minutas não assinadas, diálogos hipotéticos, mensagens fora de contexto e conjecturas passaram a ser tratadas como provas. A crítica política foi reclassificada como ato preparatório de crime. A dúvida virou indício. A opinião virou ameaça.

Nesse ambiente, a investigação deixou de buscar a verdade e passou a **confirmar uma narrativa previamente definida**, típica de sistemas que já decidiram quem é o inimigo antes mesmo da produção da prova.

A denúncia como engenharia de exceção

A acusação seguiu a mesma lógica. Em vez de cumprir sua função constitucional de filtro técnico e jurídico, optou por uma peça acusatória expansiva, genérica e fortemente baseada em delações frágeis, obtidas sob forte pressão estatal. Condutas não foram individualizadas, atos materiais não foram demonstrados e tipos penais de extrema gravidade foram aplicados de forma elástica, descolada de seus requisitos legais.

Discursos, entrevistas, lives, reuniões ministeriais e encontros diplomáticos — todos atos lícitos e protegidos constitucionalmente — foram convertidos em indícios de crimes contra o Estado Democrático de Direito. O direito penal deixou de punir ações e passou a punir narrativas, intenções presumidas e posicionamentos políticos.

Esse tipo de acusação não busca responsabilização penal legítima. Busca **exemplaridade, intimidação e controle do debate público**.

O Judiciário como centro do poder excepcional

A consolidação desse modelo só foi possível pela concentração inédita de funções no âmbito do Supremo Tribunal Federal. A Corte passou a investigar, acusar, julgar e executar, relativizando o sistema acusatório, o juiz natural e o devido processo legal. Inquéritos sem prazo definido, restrições ao acesso da defesa, decisões monocráticas com efeitos amplos e censura prévia foram normalizados sob o argumento de proteção institucional.

Criou-se um paradoxo perigoso: **uma democracia defendida por meios incompatíveis com a própria democracia**. O Tribunal deixou de atuar como garantidor de direitos para assumir o papel de gestor político da ordem pública, escolhendo quem pode falar, quem pode ser punido e em que medida.

O precedente que não ficará no 8 de janeiro

O maior risco desse processo não está no passado, mas no futuro. O direito penal do inimigo não se limita ao alvo inicial. Ele cria precedentes. Hoje, o inimigo é um espectro político específico. Amanhã, pode ser qualquer grupo que desafie consensos oficiais, critique instituições ou contrarie maiorias circunstanciais.

A democracia não se sustenta pela eliminação simbólica de adversários, mas pelo respeito incondicional às regras do jogo — sobretudo quando elas protegem quem desagrada. Não há defesa legítima da democracia onde não há devido processo legal, ampla defesa, liberdade de expressão e limites institucionais claros.

Conclusão

O 8 de janeiro foi transformado em um ritual político. Um marco simbólico utilizado para justificar abusos, silenciar críticas e normalizar a exceção. Ao invés de fortalecer a democracia, esse caminho a fragiliza. Ao invés de proteger o Estado de Direito, o corrói por dentro.

Democracias não precisam de inimigos internos para sobreviver. Precisam de Constituição, limites e autocontenção. Quando o Estado escolhe quem merece direitos e quem deve ser neutralizado, já não estamos diante da defesa da democracia — mas da sua negação travestida de virtude.



Liberdade de expressão no Brasil: CIDH alerta para abusos institucionais e pede mudanças no STF

O relatório final da CIDH sobre a visita ao Brasil confirma violações graves à liberdade de expressão e alerta para práticas abusivas por parte do STF e do TSE. Com críticas diretas ao uso excessivo de medidas judiciais, o documento recomenda reformas estruturais e maior respeito ao devido processo legal.

1. Contexto da Missão da CIDH

A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ocorrida entre os dias 5 e 11 de fevereiro de 2025, foi motivada por **reiteradas denúncias de censura, perseguição judicial a opositores políticos e cerceamento à liberdade de expressão no Brasil**. A delegação, liderada pelo relator Pedro Vaca Villarreal, reuniu-se com representantes do Judiciário, do Congresso, da sociedade civil e de plataformas digitais, buscando compreender o cenário nacional à luz dos compromissos assumidos pelo Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

2. Conclusões do Relatório Final da CIDH

O [relatório da CIDH](#) é contundente. A Comissão:

- **Recomenda uma revisão profunda das práticas do STF e do TSE** em relação à repressão de discursos e à abertura de inquéritos sigilosos sem garantias processuais;



- Considera **problemáticas as decisões monocráticas que restringem liberdades fundamentais**, em especial quando adotadas **sem contraditório, sem devido processo legal e com base em conceitos amplos e imprecisos como “milícia digital” ou “desinformação”**;
- Critica o **uso do Judiciário para coibir vozes dissidentes**, inclusive de parlamentares no exercício de seu mandato;
- Aponta que **o Brasil tem adotado mecanismos desproporcionais e incompatíveis com o Pacto de San José da Costa Rica**, especialmente ao bloquear contas, determinar remoções de conteúdos e instaurar inquéritos sem independência funcional entre os poderes.

3. As Violações Apontadas

A CIDH identificou que a **linha entre moderação legítima e censura institucional foi violada** em diversas ocasiões, sobretudo nos seguintes pontos:

- **Ausência de proporcionalidade e necessidade** nas decisões que bloqueiam conteúdos e perfis nas redes;
- **Falhas no respeito ao devido processo legal**, inclusive contra parlamentares como **Marcel Van Hattem**, investigado por fala no exercício do mandato;
- **Ações cumulativas do ministro Alexandre de Moraes**, tanto no STF quanto no TSE, concentrando poder de investigação, acusação e julgamento em um único gabinete;
- **Pressões indevidas sobre plataformas** para atuarem como censores terceirizados, com ordens que carecem de fundamentação transparente.

4. Recomendações Formais ao Estado Brasileiro

Entre as principais recomendações da CIDH estão:

- **Adoção de garantias contra censura prévia**, em conformidade com o Artigo 13 da Convenção Americana;
- **Criação de mecanismos legais e institucionais para evitar o abuso de autoridade judicial**, com previsão clara de limites à atuação monocrática e com maior controle sobre inquéritos sem atribuição clara;

- **Transparência e publicidade das decisões judiciais** relacionadas à liberdade de expressão;
- **Proteção institucional a parlamentares e jornalistas**, garantindo imunidade material e liberdade editorial.

5. Consequências Políticas e Diplomáticas

O conteúdo do relatório pode ter efeitos diretos na arena internacional. Dentre os potenciais desdobramentos:

- **Abertura de dossiês temáticos sobre o Brasil no âmbito da OEA**, elevando o grau de escrutínio internacional;
- **Inclusão do Brasil na lista de países sob atenção especial** por violações reiteradas à liberdade de expressão;
- **Isolamento diplomático seletivo**, com possibilidade de pressões por parte de parlamentos de países democráticos;
- **Judicialização no Sistema Interamericano**, em caso de continuidade das violações sem resposta estatal.

6. Um Alerta à Sociedade e às Instituições

A conclusão da CIDH é clara: **a retórica do combate à desinformação não pode ser usada como disfarce para a censura institucionalizada**. A liberdade de expressão, especialmente em contextos políticos, é pedra angular da democracia — e não pode ser relativizada por decisões judiciais de exceção, por mais nobres que sejam suas justificativas.

O Brasil está diante de um **ponto de inflexão institucional**. Ou restabelece o equilíbrio entre poderes e o respeito às garantias individuais, ou se aprofundará na trilha autoritária disfarçada de zelo democrático. O relatório da CIDH é, ao mesmo tempo, **um alerta e uma oportunidade**.



3

SEGURANÇA PÚBLICA

Feminicídio em alta e execução orçamentária em baixa: o abismo entre o discurso e a prática do governo Lula

Com índices alarmantes de feminicídio e a ausência de ações efetivas, o presidente Lula encerrou 2025 com um discurso vazio em uma reunião esvaziada. O encontro, que deveria unir os três Poderes, serviu apenas para uma tentativa de transferir ao Legislativo e ao Judiciário a responsabilidade de enfrentar uma crise negligenciada pelo próprio Executivo. Na prática, as omissões do governo gritam mais alto que o slogan "Feminicídio Zero".

O Brasil permanece no trágico topo do ranking mundial de violência de gênero, frequentemente ocupando a 5ª posição, conforme os relatórios "Femicide 2025" (ONU) e o "Mapa da Violência 2025".



Após três anos de mandato, fica claro que a segurança das mulheres — pilar da campanha de 2022 — ficou pelo caminho, assim como a promessa de maior presença feminina no alto escalão. O que se viu foi um festival de retórica entremeado por falas presidenciais que reforçam estereótipos, desde comentários sobre a aparência de ministras até o uso de termos como "mulherzinha" para se referir à diretora do FMI.

Se as falas são justificadas como "deslizes", os números são incontestáveis, demonstrando a total falta de prioridade de ações voltadas ao enfrentamento do problema. Dados de 2024, consolidados pelo Ministério da Justiça, revelam que quatro mulheres foram assassinadas por dia em razão do gênero.

Já o levantamento do Laboratório de Estudos de Feminicídios, da Universidade Estadual de Londrina (Lesfem/UEL) aponta um cenário ainda pior em 2025: entre janeiro e outubro, foram registrados 5.582 feminicídios (consumados e tentados), uma taxa anualizada de 5,12 casos para cada 100 mil mulheres.

Os dados reforçam a necessidade de incorporação de metodologias sensíveis a gênero no monitoramento da violência contra mulheres. E foi nessa linha que o parlamento buscou atuar, frente ao vazio deixado pelo governo.

Diante do vácuo deixado pelo governo, o Parlamento assumiu o protagonismo legislativo. As sanções recentes que geraram publicidade positiva para o Planalto vieram, na verdade, de iniciativas parlamentares. Exemplos disso são a Lei nº 15.336/2026 (transparência de dados), derivada de projeto da senadora Damares Alves, e a Lei nº 15.334/2026 (Dia Nacional de Memória às Vítimas), proposta pela senadora Leila Barros.

A baixa execução orçamentária demonstra a real falta de prioridade dada pelo governo ao enfrentamento do problema.

Em 2024, mesmo com orçamento autorizado de R\$ 256,35 milhões para três novos programas voltados à igualdade, combate à violência e autonomia econômica das mulheres, apenas R\$ 36,62 milhões foram efetivamente pagos, segundo o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). Portanto, apenas 14,29% das despesas foram realizadas, o que comprova a não concretização dos serviços que teriam as mulheres como público alvo.

O pagamento é a fase da realização da despesa que demonstra a implementação das ações.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado, por sua vez, ao avaliar o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios de 2024 a 2025, enquanto política pública, concluiu que apenas 15% do orçamento previsto foi gasto. Mesmo diante de um orçamento previsto de R\$ 2,5 bilhões, o governo se manteve inerte ao executar a política. A análise da Consultoria de Orçamento do Senado - Conorf, utilizada para embasar o relatório da CDH, apontou a execução na ordem de 28,4% em 2024 e apenas 5,3% até junho de 2025.

Instituído ainda em agosto de 2023, o plano de ação do Pacto somente foi lançado em março de 2024, sem que o governo inserisse as ações do pacto como ação orçamentária específica, o que denota a falta de prioridade atribuída à política pelo governo. A não previsão de ação orçamentária específica, inclusive, dificulta o acompanhamento da destinação e efetivação do gasto nas iniciativas de enfrentamento aos feminicídios.

Diante da exposição da falta de prioridade da política pela CDH do Senado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública se limitou a argumentar que os dados apurados pela Conorf não refletem a execução orçamentária por não levar em consideração os recursos empenhados. Ora, para as mulheres que sofreram tentativas de feminicídios e para os filhos e de mulheres vítimas de feminicídios, promessas de ações não salvam vidas, mas a concretização das ações.

Após três anos, o governo mostra-se incapaz de converter discursos em estratégias que interrompam o ciclo de morte no país.



4 AGRO

Plano Safra 2025/2026: Crédito caro, seguro desprezado e inadimplência em alta

Por trás do discurso oficial de um Plano Safra “robusto” e de uma política agrícola supostamente comprometida com o produtor rural, os dados revelam uma realidade muito diferente no campo. A combinação de crédito cada vez mais restrito, juros elevados, desmonte das linhas de investimento, veto à proteção orçamentária do seguro rural e avanço consistente da inadimplência expõe um cenário de estrangulamento financeiro imposto ao setor agropecuário. Longe de ser fruto de fatores conjunturais isolados, esse quadro é resultado direto de escolhas políticas que transferem o risco da produção para quem produz, fragilizam a segurança alimentar e comprometem a sustentabilidade econômica do agronegócio brasileiro.

O estrangulamento financeiro do produtor rural no governo Lula

O discurso oficial do governo insiste em classificar o Plano Safra como “robusto” e “histórico”. No entanto, os dados reais de execução, crédito,



seguro rural e inadimplência desmontam essa narrativa. Em 2025, o que se observa no campo é um **ambiente de restrição financeira severa**, no qual o produtor rural enfrenta menos crédito efetivo, juros elevados, ausência de proteção contra riscos climáticos e crescimento acelerado da inadimplência. O resultado é um **estrangulamento silencioso da produção agropecuária**, com impactos diretos sobre a segurança alimentar, a inflação e a economia real.

O Plano Safra que não chega ao produtor

Apesar do volume anunciado, o Plano Safra 2025/2026 apresenta uma **queda expressiva nos desembolsos efetivos**. No primeiro semestre da safra, os recursos liberados recuaram mais de 15% em relação ao mesmo período do ciclo anterior. Menos da metade do montante programado foi, de fato, colocado à disposição dos produtores, revelando um descompasso entre propaganda e execução.

Essa retração ocorre justamente no período de maior demanda por crédito, quando produtores precisam de recursos para custeio, investimento e comercialização. O dado mais grave não é apenas a redução do volume financeiro, mas também a **queda no número de contratos**, o que indica que produtores estão sendo excluídos do sistema de crédito — não apenas tomando menos recursos, mas simplesmente deixando de ter acesso a eles.

Os dados do Banco Central confirmam o colapso

O diagnóstico se aprofunda quando se observam os números consolidados do Banco Central, sistematizados no Relatório de Acompanhamento Mensal do Crédito Rural. Entre julho e novembro de 2025, o volume total de crédito rural desembolsado caiu **18,6%** em relação à safra anterior. O número de contratos recuou **5,6%**, e o ticket médio encolheu **13,7%**.

A retração atingiu **todos os segmentos de produtores** — agricultura familiar, médios e grandes — desmontando a tese de que o problema estaria restrito a um grupo específico. Trata-se de uma contração sistêmica, associada à piora das condições financeiras e ao aumento do risco percebido pelas instituições financeiras.

O desmonte das linhas de investimento produtivo

O aspecto mais preocupante da atual política de crédito é a **queda abrupta nas operações de investimento**, que recuaram cerca de **33%** em valor.

Programas estruturantes, essenciais para modernização, produtividade e sustentabilidade da agropecuária, foram praticamente desmontados.

Linhas voltadas à mecanização, irrigação, inovação tecnológica e adequação ambiental sofreram cortes superiores a 40% e, em alguns casos, acima de 60%. O Moderfrota, historicamente o principal programa de financiamento de máquinas agrícolas, teve retração próxima de 60%. O Renovagro, o Inovagro e o Proirriga seguiram o mesmo caminho.

Sem investimento, o produtor não moderniza, não aumenta produtividade e não reduz custos. O efeito é cumulativo e estrutural: **menos investimento hoje significa menos produção amanhã.**

Juros elevados e inadimplência crescente: o crédito virou armadilha

Ao mesmo tempo em que o crédito encolhe, o custo do dinheiro dispara. As taxas de juros das operações rurais, especialmente aquelas contratadas a taxas de mercado, permanecem em patamares elevados, frequentemente acima de 15% ao ano. Nesse ambiente, o crédito deixa de ser instrumento de fomento e passa a funcionar como um fator adicional de risco.

O resultado já aparece nos indicadores de inadimplência. Segundo levantamento da Serasa, a inadimplência do produtor rural alcançou **8,1% no segundo trimestre de 2025**, o maior nível dos últimos anos. Em determinadas modalidades de crédito para pessoas físicas, o percentual de operações com atraso superior a 90 dias ultrapassa **11%**.

Esse avanço da inadimplência não decorre de irresponsabilidade do produtor, mas de um **ambiente econômico hostil**, marcado por juros altos, crédito restrito e ausência de instrumentos de mitigação de risco.



O veto ao seguro rural e a transferência do risco ao produtor

Como se não bastasse o encarecimento e a restrição do crédito, o governo optou por **fragilizar ainda mais a política agrícola** ao vetar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o dispositivo que protegia os recursos destinados ao Seguro Rural.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é um dos pilares da política agrícola moderna. Ele reduz o custo do seguro para o produtor, protege a renda em caso de eventos climáticos extremos e **diminui o risco sistêmico do crédito**. Ao retirar a blindagem orçamentária do PSR, o governo deixou o programa sujeito a contingenciamentos e, na prática, **paralisou sua execução**.

Sem seguro, o produtor assume integralmente o risco climático. Diante disso, os bancos restringem ainda mais o crédito, elevam juros e exigem garantias adicionais. O efeito é direto: mais inadimplência, menos crédito e maior instabilidade no campo.

O ciclo perverso imposto pela política econômica

A combinação dessas decisões cria um **ciclo perverso** claramente identificável:

menos seguro → mais risco → crédito mais caro → inadimplência maior → menos crédito disponível

Trata-se de um ciclo produzido por escolhas políticas, não por fatalidades do mercado. A política agrícola perde sua função anticíclica, deixando de proteger o produtor nos momentos de maior instabilidade econômica e climática.

Consequências para a economia e a sociedade

O estrangulamento financeiro do produtor rural não se limita ao campo. Ele se traduz em **menor produção, menor investimento, pressão sobre preços de alimentos e fragilização da segurança alimentar**. Afeta cadeias produtivas inteiras, compromete exportações e reduz a capacidade de geração de renda no interior do país.

Ao transferir todo o risco para quem produz, o governo não apenas abandona o produtor rural, mas também **assume o risco de comprometer a estabilidade econômica e social**.

Conclusão: a conta ficou com quem produz

O retrato que emerge dos dados é inequívoco. O produtor rural recebe menos crédito, paga juros mais altos, fica sem seguro e ainda é responsabilizado pelo aumento da inadimplência. O governo Lula optou por **enfraquecer os instrumentos centrais da política agrícola**, substituindo previsibilidade e proteção por improviso e risco.

Sem uma correção urgente de rumo — com fortalecimento do seguro rural, revisão da política de juros e retomada das linhas de investimento — o Brasil caminha para um cenário de **mais endividamento, menos produção e maior instabilidade no campo**. A conta, mais uma vez, está sendo empurrada para quem produz.

